

REVISTA DOS

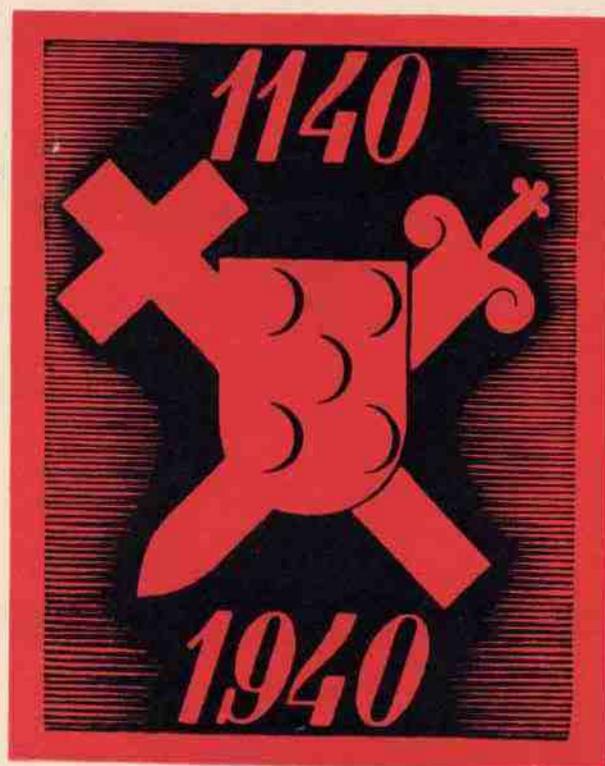
NOV. 1940

720

REVISTA DOS CENTENÁRIOS



N.º 21 — 30 de Setembro de 1940 — ANO II



COMISSÃO EXECUTIVA DOS CENTENÁRIOS
SECÇÃO DE PROPAGANDA E RECEPÇÃO — REDACÇÃO: SECRETARIADO DA
PROPAGANDA NACIONAL — RUA S. PEDRO DE ALCANTARA, 75 - LISBOA

S U M Á R I O

<i>OS FALSIFICADORES DE D. JOÃO IV — Dr. António G. Mattoso</i>	<i>1</i>
<i>COMO O POVO DEFENDE A INDEPENDÊNCIA — Abel Viana</i>	<i>15</i>
<i>CONGRESSO NACIONAL DE CIÊNCIAS DA POPULAÇÃO.</i>	<i>20</i>
<i>NOTAS VÁRIAS</i>	<i>27</i>

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

(P A G A M E N T O A D I A N T A D O)'

	1 ano	2 anos
Continente e Ilhas adjacentes	25\$00	50\$00
Portugal de Ultramar	30\$00	60\$00
Estrangeiro	35\$00	70\$00

Número avulso: 2\$50

A OFICINA GRÁFICA, LIMITADA

encarrega-se de encadernar a

REVISTA DOS CENTENÁRIOS

I ANO

Capas em carneira, com ferros especiais :

A fogo	25\$00
A ouro	30\$00
(Empaste)	5\$00

OFICINA GRÁFICA, LIMITADA

Rua da Oliveira, ao Carmo, 8 / Lisboa

TELEFONE 2 2886

OS FALSIFICADORES DE D. JOÃO IV

Poucas figuras da nossa História foram mais grosseiramente falsificadas, mais injustamente caluniadas do que a do «Restaurador».

De facto, quasi todos os compêndios escolares nos ensinaram a considerá-lo como um «pusilânime», um «indeciso», um «tímido», um «medroso», de harmonia com os exemplos que a historiografia liberal, romântica e fantasista, lhes apontava, numa terminologia criminosa, que copiaram embevecidos.

Camilo fala no «tímido ânimo» de D. João IV, a quem não hesita em chamar «vilão espírito e rancorosa alma» (1). Oliveira Martins acusa-o de «inepto, fraco, egoísta» (2). Pigneiro Chagas atribue-lhe um «egoísmo que o fazia contemplar com a máxima indiferença os padecimentos do Reino», e nota que o seu «papel foi todo passivo, porque os direitos da sua casa foram os outros que lhos sustentaram, o seu trôno foram os outros que lho ergueram, a restauração de Portugal foram os outros que a fizeram» (3). João Francisco Lisboa vê nêlo apenas um «carácter tímido e irresoluto», um espírito «sombrio e suspeito», um «príncipe de ânimo pouco belicoso», dado «em demasia aos prazeres da caça, da música e da mesa» (4). Teófilo Braga fala no seu «requinte de malvadez», a-propósito da longa prisão de D. Francisco Manuel de Melo (5). José Caldas considera-o «a um tempo antipático e funesto, egoísta e poltrão» (6).

Este procedimento tem fácil explicação. Não era a pessoa de D. João IV que estava em causa. Era a dinastia de Bragança que procuravam atingir os autores citados, todos unidos no mesmo ódio, na mesma mentira sectária, por ela «ser a reinante, e porque as outras, já extintas, não representavam mais do que sombras históricas inofensivas, à distância do tempo» (7). O que é triste, porém, é que, para atingirem estes fins, se tivessem visto na necessidade de imitar os inimigos da Pátria, os «panfletários castelhanos ao sôldo do Conde-Duque». Repetindo «apenas os lugares comuns de uma tradição inconsciente», não consultaram

-
- (1) In *O Regicida*, págs. 199 e 208.
 (2) In *História de Portugal*, Vol. I, pág. 123.
 (3) In *História de Portugal*, Vol. VII, págs. 365 e 366.
 (4) In *Vida do Padre António Vieira*, págs. 36 e 40.
 (5) In *Os Seiscentistas*, pág. 317.
 (6) In *História dum fogo morto*, págs. 129 e segs.
 (7) Dr. Hipólito Raposo — *Aula Régia*, pág. 427.

os «documentos», não procuraram averiguar a verdade, não se deram ao incómodo de rebuscar nos arquivos as provas das suas gravíssimas afirmações (1).

Porque o não fizeram? Porque encontrariam precisamente um desmentido completo à sua atitude derrotista, mesquinha, facciosa. Vejamos: —

a) A «pusilanimidade» de D. João — As aparentes hesitações do Duque de Bragança em aceitar a Corôa servem à maravilha para os que desejam ver nêle um «tímido ânimo», um «fraco», um «egoísta», um «inepto».

Ora, D. João IV nunca se mostrou hesitante. Mostrou-se cauteloso. E cautela não é hesitação; é prudência, é habilidade consumada. «Ouvia, como prudente, com ânimo sossegado, os suspiros daquêles que imploravam seu favor; mas advertido de que se os buscasse, os acharia, se foi dispondo para lhes não faltar, quando a ocasião se lhes oferecesse mais propícia» (2).

A empresa em que trabalhavam os fidalgos era arriscadíssima. Portugal estava pobre, individado, sem armas e sem homens. Nestas condições, o que aconselhava o bom senso era saber esperar a ocasião propícia, o momento excepcional em que se desse execução à obra, com o menor número de riscos e sem o receio de «que se introduzisse uma guerra civil no Reino, tanto mais perigosa, quanto era vizinho o inimigo» (3). Por isso, «tudo ouvia Nosso Senhor e calava» (4). Era uma atitude inteligentíssima, que nem todos compreenderam, na sua ância de libertarem o Reino da opressão castelhana. O Duque, contudo, sem perder a serenidade, e «não conhecendo os de que devia fiar-se, sondava os corações de todos» e «dilatava declarar-se até que as disposições mostrassem mais seguranças que as do sentimento e maiores fundamentos que os males de que se queixavam os que o persuadiam» (5).

Estas cautelas, esta serenidade, esta segurança de ânimo é que distinguem verdadeiramente D. João, elevando-o muito acima da craveira dum simples caudilho revolucionário, dum aventureiro de ocasião. Não era o dirigente de uma revolta, o orientador duma conjura, o arauto dum partido. Era o chefe supremo e incontestado da Nação, côncio das suas responsabilidades e dos seus deveres para com os súbditos, que não queria ver comprometidos nos lances arriscados duma empresa temerária.

(1) Joaquim de Vasconcelos — *D. João IV*, cit. por António Sardinha — *Ao ritmo da amputação*, pág. 241.

(2) *Usurpação, Retenção e Restauração*, atribuída a João Pinto Ribeiro, pág. 26.

(3) Gregório de Almeida — *Restauração de Portugal Prodigiosa*, pág. 11, 2.^a Parte.

(4) *Relação de tudo o que se passou na felice Aclamação...*, pág. 8.

(5) D. Luiz de Meneses — *História de Portugal Restaurado*, Vol. I, págs. 86-88.

«Ce n'était pas un chef de parti», nota Ferdinand Denis (1), que vê nêle «ce genre de bravoure qui convenait à un gentilhomme», que nota que não era «nullement dépourvu des qualités qui font le politique habile» e que afirma «que ce que l'on prenait pour une lâche irrésolution était après tout de la prudence».

Esta compreensão perfeita da atitude de D. João é vista com a mesma clareza por outros historiadores estrangeiros, afastados das nossas pugnas políticas, e, por isso mesmo, mais objectivos e mais próximos da verdade.

O advogado veneziano João Batista Birago, que esteve entre nós nessa época, como afirma, declara que a atitude de «sua Altezza era veramente prudenzia e cautela», e acrescenta: — «Era questo prudentissimo principe d'un cuore generosamente tranquillo, e benche sentisse dolore grandissimo delle miserie, nelle quali vedeve caduto il Regno, considerava però, che solamente quando si sente accalorato dalla Divina forza può mettersi mano d'huomo à sollevare le communi miserie. E benche grandemente sentisse li sospiri di quelli, che tacitamente implorovano il suo ayuto; nell'exteriore però non dimostrava la compassione di tanti patimenti e aggravie di popoli, stava però aspettando, che giungesse la congiuntura, nella quale si potesse mostrare vero padre della patria» (2).

La Clede tem as seguintes palavras sôbre o procedimento de D. João: — «Toute sa conduite étoit l'effet d'une prudence exquise et d'une saine politique. Toute autre manière de se conduire l'eût perdu, sans que sa perte eût profité à l'Etat. Il connoissoit la politique obscure et ombrageuse des Espagnols. Il tâchoit de détourner ces regards jaloux de sa personne, et il ne pouvoit y réussir qu'en paroissant attaché à ses plaisirs, et éloigné des affaires. Au reste, c'étoit un Prince doué d'une véritable sagesse, brave, courageux, et sensible aux malheurs de sa Patrie, qu'il brûloit de secourir. Mais il ne vouloit rien hazarder, et il attendoit une conjoncture favorable pour faire voir, qu'il savoit s'immoler pour sa Patrie, lorsqu'il pouvoit le faire avec succès» (3).

O próprio Abade De Vertot, que «repetiu sem critica» as afirmações dos «panfletários castelhanos ao sôlido do Conde-Duque», no dizer do Dr. Joaquim de Vasconcelos, não pôde igualmente deixar de admirar a política habilíssima de D. João, atribuindo-a embora

(1) In *Portugal*, Paris, 1846, págs. 315 a 318.

(2) In *Historia della disunione del Regno di Portogallo dalla Corona di Castiglia*, ed. de Fra Ferdinando Heleoo, Amsterdam, 1647, págs. 157 e 158. A primeira edição foi impressa em Veneza em 1644 com o nome de *Historia del Regno di Portogallo*. É uma obra muito curiosa sôbre os sucessos da Restauração, pelo que estamos procedendo á sua tradução em língua portuguesa, a publicar brevemente.

(3) In *Histoire Générale de Portugal*, Paris, 1735, Tomo VII, págs. 33 e 34.

ao seu feitio natural: — «*La plus fine Politique n'eût pu lui faire tenir une conduite plus sage envers les Espagnols, que celle qu'il tenoit par un penchant tout naturel... Il savoit qu'il n'avoit qu'un parti à prendre; et il le prit autant par inclination que par raison. Il falloit pour diminuer son crime, c'est-à-dire, pour le faire moins redouter, et pour être moins suspect aux Espagnols, qu'il ne se mêlât d'aucune affaire, et qu'il ne fût et ne parût occupé que de divertissemens et de plaisirs. Il faisoit parfaitement bien ce personnage*» (1).

Em resumo: — «*A sua paciência, atribuída por alguns a fraqueza, era efeito da prudência mais consumada; o seu desleixamento era refinada política; os seus vagares foram os meios mais eficazes para efectuarem aquela unânime resolução que o poz no Trôno por um modo tão espantoso e imprevisto*» (2).

Haviam continuado, no entanto, os preparativos para a libertação. Faziam-se reuniões, juntavam-se armas, recebiam-se adesões, concebiam-se projectos. D. João, que secretamente negociava com a França, para saber até onde podia contar com o seu auxílio (3), vê chegar a revolta da Catalunha. Era o momento propício, a ocasião excepcional que aguardava há tanto. Nesta altura já não via necessidade de esconder os seus sentimentos. Por isso se «*resolveu generosamente a abraçar as ofertas que repetidamente se lhe haviam feito de aceitar a Corôa, que de justiça lhe pertencia, e a livrar a Pátria dos grandes males que suportava*» (4).

Aguardou, contudo, como convinha à sua qualidade de chefe da Nação, que se manifestasse a opinião dos portugueses. A-pesar-de tudo, quando esta chegou, graças à mensagem de Pedro de Mendonça, procedeu, ainda, com tôdas as cautelas. O assunto era grave. A sua resolução estava tomada. Mas, para que o não pudessem acusar de ligeireza de ânimo, se tudo se viesse a perder, e «*advertindo que o sábio ouvindo ao prudente se fazia mais sábio*» (5), quiz conhecer a opinião do seu secretário, António Pais Viegas, e da Duquesa, D. Luíza de Gusmão. Esta Senhora era castelhana, filha dos Duques de Medina Sidónia, «*uma das mais qualificadas e antigas famílias de Castela*» (6). Quem nos diz que as fingidas hesitações de D. João não tiveram também em vista iludir a própria esposa, «*por quem seu Pai*

(1) In *Révolutions de Portugal*, nouvelle édit, Paris, 1768, págs. 54 a 57.

(2) In *História de Portugal, composta em inglês por uma sociedade de literatos...*, nova ed. por Hippolyto José da Costa, Londres, 1809, Tomo II, pág. 248.

(3) Dr. Rodrigues Cavalheiro — *Temas de História*, pág. 79 e segs.

(4) D. Luiz de Meneses — *Obr. cit.*, pág. 87.

(5) Damião António de Lemos Faria e Castro — *História Geral de Portugal e suas Conquistas*, Lisboa, 1804, Tomo XVIII, pág. 118.

(6) D. Luiz de Meneses — *Obr. cit.*, pág. 92.



D. JOAO IV

grande general de Espanha, devia colher a impressão da indiferença ou timidez do genero?» (1). Lícito é supor que assim tivesse acontecido e que D. João só nesta altura, em que não era possível já deter a marcha dos acontecimentos, a tivesse querido colocar perante uma situação clara e definitiva. O que é verdade, porém, é que «achando o Duque tão conformes duas opiniões de que tanto fiava», e, «antepondo a saúde da Pátria ao risco particular», tomou o compromisso de «aceitar a Corôa para a fazer respeitada a seus inimigos e comum a seus vassallos» (2).

Dêste momento em diante é D. João, incontestavelmente, quem dirige e orienta o movimento, que os conjurados comprometem e quasi inutilizam, por uma série numerosa de levandades. Não fica inactivo. Como tardem as notícias, escreve para Évora a Pedro de Mendonça «pedindo-lhe novas do negócio que lhe encomendara» (3). Depois, perante as notícias confusas que recebe, sem saber o «estado em que o negócio se achava» e «querendo tomar dêle inteira informação» (4), escreve a João Pinto Ribeiro, seu agente em Lisboa, e dá «poder ao mensageiro para em seu nome ordenar e dispor tudo como melhor e mais seguro parecesse» (5).

Parte João Pinto Ribeiro para Vila Viçosa. Quando chegou «trouvô il Duca resolutissimo» (6). É êle agora que ordena que se «não começasse por Évora, como se tinha assentado» (7); é êle que nota que a empreza «perigava muito na dilatação» (8); é êle que manda que se enviem alguns fidalgos para as «cabeças das comarcas do Reino, quais nelas podessem ter poder, para que no tempo que Lisboa se declarasse podessem nelas persuadir o mesmo, tendo antes disposto a isso pessoas que lhe parecesse» (9); é êle que aconselha que se façam emissários para as «tôrres, castelo e paço» de Lisboa, «para que na mesma hora se desse em tôdas as partes e se segurasse a cidade, cortando os desígnios dos contrários» (10); é êle, finalmente, que garante que «se se desse o caso que em Lisboa faltassem ao que prome-

(1) Dr. Américo Cortez Pinto — *O Valor da Vontade na História Nacional*, pág. 92.

(2) D. Luiz de Meneses — *Obr. cit.*, pág. 93.

(3) D. Luiz de Meneses — *Obr. cit.*, pág. 94.

(4) Gregório de Almeida — *Obr. cit.*, Part. II, pág. 10.

(5) *Relação de tudo que se passou...*, pág. 14.

(6) Birago — *Obr. cit.*, pág. 176.

(7) Gregório de Almeida — *Obr. e Part. cit.*, pág. 11.

(8) D. Luiz de Meneses — *Obr. cit.*, pág. 94.

(9) Gregório de Almeida — *Obr. e Part. cit.*, pág. 11.

(10) Gregório de Almeida — *Obr. e Part. cit.*, pág. 11.

tiam», «*êle, com os povos que em Alentejo estavam à sua devoção, havia de tentar a fortuna saindo em campanha*» (1).

Quem procede como procedeu o Duque de Bragança não é um «*tímido ânimo*», um «*fraco*», um «*irresoluto*». Quem toma as medidas que êle tomou não desempenha um papel «*passivo*». Quem troca, como êle fez, unicamente para servir o bem público, os ócios da vida particular pelos cuidados e perigos da governação, não é um «*egoísta*». Quem se sabe haver com a sua habilidade e ergue com tanta inteligência os degraus do trôno, a que subiu, sem pressas comprometedoras nem desvarios perigosos, na altura própria, não é, de forma alguma, um «*inepto*». Os autores que fizeram estas afirmações, ou não consultaram os documentos da época, ou, se os passaram pela vista, o que não é de crer, preferiram fazer côro com os panfletários de Olivares, isto é, com os inimigos da Pátria.

b) O «*vilão espírito*», «*rancurosa alma*» e os requintes de «*malvadez*» de D. João — Gregório de Almeida, cuja obra data de 1643, falando das qualidades do Duque de Bragança, escreve que não era possível encontrar para a Restauração um príncipe «*tão prudente, tão perfeito e valeroso*» (2).

O Abade De Vertot, a-pesar-de comungar, como já vimos, nas opiniões dos panfletários castelhanos pagos por Olivares, diz que era «*d'une humeur douce, agréable*» e acrescenta: — «*son esprit étoit plus droit que vif: dans les affaires il alloit toujours au point principal: il pénétoit aisément les choses auxquelles il s'appliquoit*» (3).

D. Luiz de Meneses informa: — «*Na conversação foi tão discreto que não sendo as palavras as mais polidas, usava delas com tal arte, galantaria e agudeza que parecia fazia estudo do que em outros pudera ser defeito*» (4).

La Clede considera-o «*doué d'une véritable sagesse, brave, courageux et sensible aux malheurs de sa Patrie*» (5).

D. António Caetano de Sousa assevera: — «*Na conversação foi discreto, agudo e pronto nas respostas; e não sendo as palavras as mais polidas, usava delas com tal arte e galantaria que ainda hoje se aplaudem em muitos despachos que se veem de sua própria*

(1) D. Luiz de Meneses — *Obr. cit.*, pág. 94. Também: Gregório de Almeida — *Obr. e Part. cit.*, pág. 12; *Usurpação*, pág. 38; Birago — *Obr. cit.*, pág. 176; Dr. Rodrigues Cavalheiro — *Revista dos Centenários*, n.º 9, págs. 8 e 9.

(2) In *Obr. e Part. cit.*, pág. 13.

(3) In *Obr. cit.*, págs. 50 e 51.

(4) In *Obr. cit.*, pág. 906.

(5) In *Obr. e Tom. cit.*, pág. 33.

mão. Dêle vimos diversos papéis excelentemente lançados e dignos de se perpetuarem». Dentre estes destaca-se o que mandou lançar na caixa das Côrtes, «com nome supôsto», mas escrito por si, de «estilo claro, sem algum artifício», no qual se «reconhece a prudência, que faz mais brilhante o seu admirável talento, de que deu singulares provas» (1).

Ferdinand Denis vê nele «un esprit distingué, rempli de qualités aimables, ami des plaisirs de l'intelligence, ayant même ce genre de bravoure qui convient à un gentilhomme» (2).

D. Luiz da Cunha, no seu «Testamento Político», apresenta-o a D. José como modelo que êle deveria imitar, nestes calorosos termos: — «quizera que fôsse o espelho em que V. A. se visse para em tudo se retratar» (3).

António Sardinha aponta-nos uma das suas grandes qualidades, nestas palavras: — «A lealdade soube-a como poucos. Recordemo-nos a protecção dispensada aos Príncipes Palatinos, que se haviam refugiado no Tejo, quando perseguidos por navios dos parlamentares ingleses. Sem apoio na Europa, arriscando-se a alienar as disposições benevolentes da Inglaterra, D. João preferiu perdê-las a trair os deveres sagrados da hospitalidade» (4).

Rebêlo da Silva, recordando as suas qualidades dominantes, nota que D. João era, pelo «seu carácter reflectido e prudente, o príncipe mais apto para reger os destinos públicos em tão aventurada crise. Positivo nas opiniões, media os perigos sem se deslumbrar com as aparências lisongeiros. Buscava em tôdas as cousas a realidade e fugia das ilusões. Quando a cidade de Lisboa, no dia da sua entrada, deliberou festejá-lo com grandes pompas, atalhou-as, dizendo aos vereadores: — «Guardemos as alegrias para depois. Agora tratemos de nos defender». Quando lhe mostravam que nas aldeias e nas terras humildes até os pobres e os serranos vitoriavam o seu nome em cantigas e dansas, respondia, sorrindo-se: — «O que precisamos é de braços valorosos e de peitos resolutos». — Preocupado, com razão, com a idea da grande empresa, que tomara sobre si, e pouco susceptível de entusiasmo leviano, sabia que não eram as vozes e as canções que haviam de guardar as fronteiras, nem manter a revolução do País. Estimava as provas de affecto e as manifestações de regosijo, mas só como homem práctico, não se ensoberbecendo com elas, e cuidando sempre em dispor os preparativos de defesa, porque não ignorava que os Estados se fazem temer pelas armas e que o al-

(1) In *História Genealógica*, Liv. VII, pág. 239.

(2) In *Obr. cit.*, pág. 318.

(3) *Cit.*, por António Sardinha — *Obr. cit.*, pág. 245.

(4) *Obr. cit.*, pág. 247.

vorôço e os clamores se dissipam como fumo, desde que as forças organizadas os não apoiam» (1).

Como artista, cultivou a música com entranhado amor e maestria, tendo sido «eminente nesta arte» (2). Reuniu uma biblioteca musical de valor incalculável e deixou numerosas obras a atestarem a perfeição a que conseguiu elevar-se.

Os «requintes de malvadez» de D. João IV, em relação a D. Francisco Manuel de Melo, e as suas culpas na longa prisão que sofreu, acham-se hoje perfeitamente averiguados, mercê dos estudos do Prof. Edgar Prestage, que declara:—«Nada leva a crer que el-rei fôsse o autor das desgraças de D. Francisco Manuel» (3).

Depois da prisão dos homens que tramavam contra a sua vida e contra o País «saiu magestoso com semblante triste a uma casa, onde a côrte tôda o esperava, à qual manifestou o sentimento com que procedera contra os conjurados, mostrando com sólidas razões a justiça com que passara àquela demonstração, afirmando com expressões sinceras que tratar da segurança do Reino era mais, que amor da vida, amor de seus vassallos, que o haviam buscado para defesa e liberdade da Pátria» (: 4).

D. João IV «amou a justiça de sorte que se atreveram os delinquentes a o culpar de severo: mas em muitas ocasiões desmentiu esta opinião com a misericórdia». «Nunca passou de liberal a pródigo». «Nunca teve valido que o governasse». E «professou a mais heróica virtude que foi antepor as leis divinas aos interesses humanos» (5).

«Não fez caso da pompa no vestir, antes applicou grande deligência por que se não alterassem os trages: pelo que costumava dizer, não queria que as outras nações se fizessem senhoras de seus vassallos pelos trages, e que todo o alimento sustentava e todo o pano cobria». Quando estava para morrer fez «tantas demonstrações de piedade que manifestavam a pureza do espirito», pediu perdão «aos seus mais humildes servidores; recomendou ao filho e herdeiro os fidalgos que o haviam servido, pedindo-lhe que lhes agradecesse o «seu cuidado e amor»; e lembrou-lhe os «despachos dos seus criados e criadas, dizendo: — «Que ficam muito desamparados, esperando que Sua Magestade o faça, como dêle espero» (6).

O testamento de D. João IV contém esta passagem, que importa conhecer: — «Os

(1) In *História de Portugal nos Sécs. XVII e XVIII*, Vol. IV, págs. 183 e 184.

(2) D. António Caetano de Sousa — *Obr. cit.*, pág. 240.

(3) In *D. Francisco Manuel de Mello*, Lisboa, 1914, pág. 201.

(4) D. António Caetano de Sousa — *Obr. cit.*, pág. 159.

(5) D. Luiz de Meneses — *Obr. cit.*, pág. 906.

(6) D. António Caetano de Sousa — *Obr. cit.*, págs. 239 e 249.

Príncipes são mais obrigados que os outros homens a justificar seu procedimento para com o mundo, principalmente quando deles resulta honra e crédito para sua Nação e Vassallos; por esta razão tenho por conveniente declarar neste lugar, que pela hora em que estou e pela conta que hei de dar a Deus, me resolvi a restituir-me a esta Corôa sem nenhum respeito particular de minha pessoa, senão por livrar os Reinos, que me pertencem, das misérias que lhe via padecer, em estranha sojeição, e por entender era obrigado a isso em minha consciência, sugeitando-me por esta causa a vida e trabalhos, poderá ser diferentes de minha inclinação, e como o meu intento foi tão justo, tenho e tive sempre por certo da bondade e justiça de Deus se pague muito dele; e assim o experimentei e lho desejei merecer no govêrno de meus Reinos, porque pela mesma hora em que estou, afirmo que não fiz nele cousa contra o que entendi, assim no govêrno comum, como em regimentos particulares de meus vassallos, a que desejei contentar e fazer mercê, quanto a justiça e estado das cousas do Reino o permittiram» (1).

Quem possuía todos os dons a que acabamos de fazer referência, quem gozava das qualidades que acabamos de anotar, pode, com justiça, considerar-se um «vilão espírito», uma «rancorosa alma», um coração «sombrio e suspeito», afogado em «requintes de malvadez»? — Que o digam aqueles que têm procurado, através dos documentos, reconstituir os traços da sua psicologia, estudar com interêsse a sua individualidade, compôr sem paixão o seu retrato moral. Os que se têm dado a êste trabalho não podem deixar de concluir que «a sua memória será sempre saudosa e servirá de admiração aos séculos futuros, pois as suas virtudes o fizeram digno de mais largo Império» (2).

c) D. João, príncipe «pouco belicoso» e «poltrão antipático e funesto» — *O Duque de Bragança «exercitava-se no campo a cavallo e a pé, seguindo a caça maior muitas vezes com tão empenhados perigos de sua pessoa, que cada dia se lhe receavam mui grandes. O seu maior entretenimento era criar os mais bravos touros que podia haver e lanceá-los no campo, buscar os javalis, onde os havia mais ferozes e tomá-los algumas vezes vivos, outras esperá-los só de noite nos sevadouros e matá-los. Nunca o maior rigor do sol nem do frio lhe impediu sair a campo. Ainda naqueles dias que receavam os homens, que se criam nele. Muitas noites passava em pé velando-as ao sereno, ou encostado aos duros troncos das árvores, na terra nua, e como êste género de caça seja uma cópia do que passa na guerra, estava Sua*

(1) D. António Caetano de Sousa — *Provas da História Genealógica*, Tom. IV, pág. 767.

(2) D. António Caetano de Sousa — *Obr. cit.*, pág. 244.



DON JUAN EL AFORTUNADO
*Quarto deste nome, XXI Rey
de Portugal.
Vixit annos 52. Obiit 1656.*

Magestade com grande disposição e fôrças para se exercitar nela, a qual lhe fazia desprezar a representação dos perigos que se lhe podiam oferecer, por estar habituado sempre mais ao rigor do que ás delicias». Era «tão inclinado á guerra, que desejoso de se empregar nela, lhe ouviram muitas pessoas manifestar grandes invejas da briosa resolução que o Serenissimo D. Duarte tomara em ir á Alemanha.» Quando resolve aceitar a Corôa declara que «ainda que se movessem dúvidas e os confederados desistissem da empreza, êle o não faria, antes com qualquer pequeno número de gente, que o quizesse seguir, sairia a campo a tentar fortuna, mostrando ao Reino a firmeza do propósito com que se resolvera, e que a sua vida, sendo necessário, havia de ser a primeira que se desse pela liberdade da Pátria, para que nunca nela se podesse notar sua fama sem dizer-se que faltava á ocasião que desejavam» (1).

De harmonia com esta resolução, toma logo medidas imediatas, «havendo già prevenuto molte persone mandate nell' Alentexo, e havendo posto alle strade molti servitori armati, li quali mascherati (per non essere conosciuti) dovessero trattenere tuti li corrieri che passassero. Dovendosi con fuoco far segno, perche accorressero subito alla parte dove fossero avisati, ò ritirarsi à luoghi determinati, acciò potessero cadere nelle reti quelli che volessero passare con dispacci alla Corte» (2).

Quem dá estas provas de ânimo, não é um «poltrão», nem se pode alcunhar de faltho de espirito «belicoso». Mas, D. João possuia mais do que isso. Era dotado de superiores qualidades de chefe militar, como é fácil verificar.

Em Julho de 1643 dirige-se a Évora, «querendo com a sua presença dar calor á guerra», e permanecer naquella cidade «todo o tempo que ela durasse». Em Agosto dispõe «com admirável atenção todas as prevenções que faltavam para sair em Setembro o exército em campanha» (3).

Foi em Évora, e nesta altura, que se deu um episódio curioso, que, só por si, mostra o crédito que podemos conceder aos que no-lo apresentam como um «poltrão», um espirito «timorato», dotado de «ânimo pouco belicoso» e apenas interessado pelos «prazeres da caça, da música e da mesa»

D. João verificava pessoalmente o cuidado que as autoridades punham no policiamento da cidade, onde os motins noturnos eram constantes, por virtude da afluência dos estrangeiros que serviam no nosso exército. Para isso, saía sosinho do palácio durante a noite,

(1) Gregório de Almeida — *Obr. e Part. cit.*, pág. 13.

(2) Birago — *Obr. cit.*, págs. 183 e 184.

(3) D. António Caetano de Sousa — *Obr. cit.*, pág. 179.

e percorria, rebuçado, os lugares mais escusos. Ora, duma vez, numa destas perigosas excursões noturnas, «encontrou o meirinho Lopo Tavares numa viela do bairro de S. Mamede; trocaram-se as palavras do estilo; o rebuçado fez alto, o meirinho aproximou-se, o rei negou-se ao reconhecimento; Tavares deu a voz de prêso, em nome de el-rei; então o rebuçado, em voz baixa, pediu-lhe para mandar afastar os da ronda, inventou um caso, instou, ofereceu dinheiro; o meirinho aceitou a coisa e deixou ir o cavalheiro em paz». — «El-rei seguiu na sua ronda; encontrou o célebre alcaide Luiz Roiz Mattoso, ao arco de D. Isabel; o alcaide estava só. A mesma conversa, instâncias, oferecimentos de dinheiro; o alcaide recusa, dá a voz de prêso; el-rei quiz ver até onde chegava o ânimo do alcaide; estavam sós, ameaça-o e arranca da espada; o alcaide salta ao lado, desembuça-se, põe-se em guarda e desarma em breve o cavalheiro, sem lhe causar dano; toma-lhe o braço com fôrça, e leva-o para a cadeia; só à entrada da cadeia el-rei se deu a conhecer. — «Cumprí as ordens de Vossa Magestade», limitou-se a dizer o alcaide. — No outro dia, o meirinho e alcaide eram chamados ao paço. Tavares foi logo demitido; a Luiz Mattoso fez el-rei elogio público, e confirmou-lhe a posse do ofício para os filhos» (1).

«Antipático», ainda, e «funesto» o «Feliz Restaurador»? — «Antipático e funesto» o monarca habilíssimo que soube, com a sua fingida apatia, adormecer as suspeitas de Olivares? «Antipático e funesto» o sustentáculo do movimento que conseguiu quebrar as algemas que nos prendiam à Espanha? «Antipático e funesto» o orientador dos magníficos diplomatas «que batalharam por essa Europa fora pela consolidação da nossa recente independência»? (2). «Antipático e funesto» o músico delicadíssimo da «Cruz Fidelis»? «Antipático e funesto» o autor duma correspondência tão preciosa sôbre a campanha de 1644, tendente a «valorizar aos olhos dos estrangeiros essa nossa acção bélica» (3) e a apertar o sistema de amizades internacionais que nos eram necessárias? «Antipático e funesto» o chefe da reorganização nacional, o educador primoroso do príncipe D. Teodósio, o conhecedor profundo dos problemas da nossa expansão, revelados, com superior agudeza e critério inexcédível, na conhecida entrevista com o cavalheiro de Jant? «Antipático e funesto» o rei que conseguiu, mercê das suas «qualidades pessoais» assegurar «a posição do novo reino por uma rede de alian-

(1) Gabriel Pereira, cit. por António Sardinha — *Obr. cit.*, pág. 248.

(2) Dr. Eduardo Brazão — *A Restauração*, pág. 9

(3) Dr. Eduardo Brazão — *A Campanha de 1644*, in *Revista dos Centenários*, n.º 10, pág. 1 e segs.

ças», e a quem Portugal deve, «em grande parte», a «sua existência de país independente»? (1).

Se, por tôdas estas razões, foi «antipático e funesto» D. João IV, louvemos a Providência, que nos deu a graça de o poder considerar como o «segundo fundador da Pátria Portuguesa» (2), nos iluminou o entendimento para conhecer a intenção dos falsificadores da sua memória, nos guiou os passos na descoberta da verdade, e nos faz curvar a cabeça, reverentemente, comovidamente, perante a sombra carinhosa da sua lembrança.

ANTÓNIO G. MATTOSO

(1) Prof. Edgar Prestage — *Obr. cit.*, pág. 26 e segs.

(2) António Sardinha — *Obr. cit.*, pág. 250.

COMO O POVO DEFENDE A INDEPENDÊNCIA

Ao passo que o norte do País nos mostra os vestígios de antigos povoados emergindo suas desgastadas ruínas pelo cimo de abruptos cêrros, demonstrando-nos que a êsses tempos remotos as povoações estavam sempre situadas nos pontos em que o muito acidentado solo melhores vantagens defensivas oferecia, no Sul, onde a planície predominava, os aglomerados da população estiveram mais expugnados das vagas invasoras e por isso mesmo, abertos ao influxo de mais adiantadas civilizações.

O Norte apresenta os rudes castros e citânias, pobríssimos de arte e de conforto, apertando em um ou em múltiplas cinturas de tôscas muralhas o amontoado de suas pequeninas casas; o Sul conserva ainda, em pleno campo raso, restos de amplas edificações, caracterizadas por artísticos pavimentos de mosaicos, pela esbelteza da coluna, pelo adôrno da estatuária.

O proto-histórico do Norte insculpia, mais freqüentemente gravava em bruto granito; o do Sul esculpturava mármores finíssimos.

Observando esta profunda diferença entre os documentos arqueológicos exumados nas províncias setentrionais e meridionais do vetusto lar nacional, afigura-se-me que as populações do Sul, menos defendidas pela natureza, com relativa facilidade cediam perante as hostes invasoras, e se harmonizavam com as novas condições políticas e sociais impostas pelos dominadores.

No Sul, os povos depressa se tornaram industriais e negociantes, traficando minérios, pescarias, e até a grã, a mais bela tinturaria da época, de que se tornaram clientes as superiores categorias sociais do grandioso Império Romano. O Norte permaneceu ferozmente assanhado em seus ninhos de águia, pastoril e fragueiro, quási impenetrável ao seguro passo dos atractivos de civilizações estranhas, que a muito custo foi traduzindo, conforme os grosseiros materiais indígenas e o irredutível sentimento de completa independência.

Séculos volvidos, variaram as condições da guerra, formou-se a definitiva população portuguesa e não há que duvidar do inabalável nacionalismo de tôdas as províncias de Portugal.

Mas a feroz resistência castreja manteve-se sobrevivendo em numerosíssimos episódios da nossa História. É Deu-la-Deu Martins nas muralhas de Monção, é Inês Negra, no cêrco de Melgaço, é em muitos outros símbolos que, em desesperadas contingências de perda da independência, brotaram do sentimento popular.

Justamente celebrados andam alguns dêsses heróis sùbitamente saídos da plebe; outros, porém, ficaram de todo esquecidos. De um vou falar agora, porque seu feito, neste momento, merece evocação.

Estavamos em 1644. Há três anos, sòmente, saíra de Vila Viçosa o 8.º Duque de Bragança, para tomar o nome de João IV, após o audacioso golpe de Lisboa.

A Revolução Nacional triunfara, mas ao novo rei não se deparava um trono de arminhos, antes bastíssimos eram os espinhos deixados pela propaganda dos políticos espanhóis, solerte na exploração das ambições e das subserviências.

Se, por um lado, havia bons portugueses dispostos a supremos sacrifícios, por outro avultavam o pêso morto dos timoratos, a velhacaria dos ambiciosos venais, a extrema pobreza do Reino profundamente exaurido pela mão esperta dos Filipes.

Difícil era a tarefa do entronizado. Os quarenta valentes da manhã de 1.º de Dezembro não se triplicariam, como ao depois se verificou, e só a massa anónima do povo fiel maravilhosamente serviu os altos desígnios do novo monarca.

Ardia a Guerra da Restauração. Prolongar-se-ia por largos anos, através de três reinados, e suas batalhas decisivas iriam ter por cenário as planícies do Alentejo, no Ameixial e em Montes Claros, onde magníficos turbilhões da cavalaria portuguesa ergueram, ressuscitada, a flama irresistível dos Templários.

Mas, enquanto no Sul a guerra se fazia tècnicamente dirigida por abalisados generais, ao longo de tòda a fronteira não se descansava, guerreava-se também. Cingindo-me ao actual vocabulário dos actos militares, direi que, durante as longas campanhas jogadas no Alto Alentejo, a fronteira do Minho empenhava-se na «defesa passiva», com seus indispensáveis «golpes de mão» e sua permanente «actividade de patrulhas». Ainda nas margens do vergiliano rio perduram sinais das obras de fortificação nessa data levantadas pelos habitantes, e até a disposição das casas mais antigas das aldeias nos diz que era de maneira a prevenir da entrada do inimigo, durante o negrume das noites ou em pleno dia, quando os aldeões se disseminavam nos trabalhos agrícolas.

Era a guerra de surpresas e razias, tal como a tiveram seus longínquos antepassados castrejos.

Na madrugada de 23 de Abril de 1644, atravessava o Rio Minho, em direcção a Lanhelas, aldeia do termo de Caminha, importante magote inimigo.

Segundo a «História de Portugal Restaurado», eram 600 homens, de que ficaram prisioneiros 50, entre eles «um sargento maior e quatro capitães de infantaria» (1). Esta é a versão reproduzida no «Minho Pitoresco» (2). Outras correm acêrca do feito, sobretudo em cópias manuscritas, conservadas em casas portuguesas e galegas, em ambas as margens do Rio, sendo uma destas devida ao frade que, adoptando o pseudónimo Sylvio Mondano,



QUADRO EXISTENTE NA IGREJA PAROQUIAL DE LANHELAS

escreveu uma «Descripção da Villa de Caminha», e nela declara ter visto, ou copiado, a notícia em papéis da Biblioteca Pública do Pôrto. (3)

(1) Livro 8.º, pág. 458.

(2) Págs. 167-168

(3) Manuscritos da Livraria Pública da Cidade do Pôrto, n.º 543 e 18.

Não me deterei no registo de números e outros pormenores. Baste-me o relato de uma testemunha presencial, conforme o seguinte documento: (1)

— «P.^e Domingos Antonio Soares, Secretario da Camara Ecclesiastica de Valença, Attesto, que junto à 1.^a fl.^a, do livro dos baptisados da freguesia de S. Martinho de Lanhellas, d'esta camara, se encontra uma — MEMORIA — do theor seg.^{to} — Aos vinte e tres dias do mez d'Abril do anno de mil e seiscentos, e quarenta e quatro, dia de S. Jorge: Veio o inimigo com oito barcos pequenos, a esta freguesia de Lanhellas no quarto d'alva, o qual veio avistando a estrada, digo, Estacada, e descendo com a Embarcação para baixo, chegou uma barca á terra na Boalheira do Alto; e a gente d'esta freguesia com seu Capitão Antonio d'Azevedo, e gente de Villar de Mouros a peito descuberto lhe tiveram o encontro valerosamente, e não tão somente os fizeram retirar, como captivaram uma Barca do tamanho das de Lapella, e dous Capitães, chamados o Capitão Toro, e o Capitão D. Jorge, e dous Alferes, e trinta e quatro gallegos vivos, e d'elles bem feridos; e dez gallegos mortos, que eu João Alves Soutello, Vigario d'esta freguesia enterrei nas costas da Capella-mor; com perda d'esta freguesia de tres mancebos solteiros, e um homem casado, e dous mancebos feridos, que ficaram-se com vida. O que tudo por ser verdade puz em memoria n'este livro e me assignei, dia, mez, e era ut supra. João Alves Soutello.»

Tal foi a patriótica proeza de António de Azevedo, capitão de milícias, cuja famosa memória ainda hoje é celebrada pelas gentes do sítio. Era o Capitão Catrolhas — alcunha proveniente, segundo a tradição, de ser o primeiro homem que por ali usou óculos.

Simples lavrador, de pequena estatura mas robusto e animoso, deixou no campo o arado com que andava lavrando, quando teve de correr a sua casa, para se armar e assumir o comando do punhado de valentes que tam bravamente defendeu aquêlo ponto da fronteira.

Um grande quadro a óleo, de ingénua pintura mas de grande valor histórico e etnográfico, pende na Igreja paroquial da risonha aldeia de Lanhellas, bela povoação aninhada na margem do formoso Rio Minho. Tam valioso como a Memória do Padre Soutello, é veneranda prova da intrépida resistência do povo, perante os atacantes da sua independência.

(1) Está passado, por diligência de Ilídio Manuel Couto, natural e benemérito de Lanhellas, em meia fôlha de papel selado, a qual tem no timbre: «Imposto do sello — 1904 — 100 reis». Na margem do alto, à direita, vê-se a numeração da Casa da Moeda — 753712.

O atestado termina assim: «Está conforme. Fontoura 12 de Maio de 1905.

O Secretario — P.^e Domingos Antonio Soares»

Uma tarde de outono, quando o sol mergulhava na linha do poente, incendiando de sanguíneos laivos o largo estuário do Rio Minho, e o arrojado pico do Monte de Santa Tecla, mais o severo perfil da Serra de Salcidos, envoltos em finas gazes de indefiníveis roxos e cinzentos, completavam aquele maravilhoso quadro de lago suiço ou da Alta Itália, succedeu-me encontrar, próximo da confluência dos rios Coura e Minho, um dêsse velhos cujo cabedal de «história» se emmoldura na prata que a propecta idade põe na frente dos nonagenários rijos.

Como me detivesse a examinar uma «pia» — uma dessas caixas tumulares abertas no granito, tam abundantes no Alto Minho, e que de sólidos sarcófagos andam hoje, realmente, transformados em prosaicas pias — o quási século inteiro de memórias vivas informou:

— «Aqui dentro esteve deitado o Mateus (1), em 1809, a disparar o bacamarte contra os franceses do General Sout. E é que não passaram! tiveram de ir por outra banda! Saiba que o Mateus deu cabo de uma porção deles. Como o haviam de descobrir, dentro desta pia?!»

Perpassou-me no espírito a visão da cêna: Quando invadem Portugal, até os mortos se levantam!

ABEL VIANA

(1) Era natural de Seixas.

CONGRESSO NACIONAL DE CIÊNCIAS DA POPULAÇÃO

O Congresso Nacional de Ciências da População inaugurou-se ontem à noite, no salão nobre da Universidade do Porto, durante uma sessão solene que se distinguiu como acontecimento de alto interesse cultural e como cerimónia de requintada elegância e de austera dignidade académica. Em representação do sr. Ministro da Educação Nacional, presidiu àquela solenidade o eminente escritor sr. dr. Júlio Dantas, ladeado pelos srs.: prof. dr. A. A. Mendes Correia, presidente da Comissão Organizadora do Congresso; Joaquim Leitão, secretário geral da Academia das Ciências de Lisboa; dr. Sousa Machado, governador civil substituto do Porto; prof. dr. Almeida Garrett, presidente da Junta de Província do Douro-Litoral e dr. Alfredo Ataíde, secretário geral do Congresso Nacional de Ciências da População.

DISCURSO DO PROF. DR. JOSÉ PEREIRA SALGADO, REITOR DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Como reitor da Universidade do Porto e inaugurando a sessão solene, o sr. Prof. dr. José Pereira Salgado, depois de render suas homenagens ao sr. Presidente da República, apreciando, em termos de honoroso louvor, as virtudes cívicas do venerando Chefe do Estado, o orador saudou os srs. drs. Júlio Dantas, A. A. Mendes Correia e Alfredo Ataíde — que se evidenciaram como figuras destacantes na organização deste Congresso, de prestígio alcance internacional. Ao referir-se ao sr. dr. Júlio Dantas, o sr. prof. dr. José Pereira Salgado acentuou:

— Em V. Ex.^a, na qualidade de representante do Governo, saúdo o Governo da Nação e em especial o sr. Presidente do Conselho, eminente estadista dr. Oliveira Salazar, ao qual rendo as homenagens da Universidade e minhas pela grandiosa e redentora obra do ressurgimento e defesa nacionais, que nos tem colocado em situação de destaque, de respeito e consideração mundiais, mórmente nestes calamitosos tempos em que a humanidade se debate em sangrentas e destruidoras lutas, que sabe Deus onde nos conduzirão, e que éle com inegalável firmeza, bem orientada visão e acendrado patriotismo tem sabido impór.

Peço ainda a V. Ex.^a se digne receber e ser o intérprete dos sentimentos de respeito e consideração da Universidade do Porto e meus, junto do illustre ministro da Educação, por se dignar fazer-se representar por V. Ex.^a nestas manifestações culturais do maior interesse para a educação nacional, que serão os assuntos a versar nas diferentes secções do Congresso, lamentando que os afazeres do elevado cargo em que há pouco se encontra investido,

lhe não permitissem dar-nos a honra de vir até nós para lhe dar maior relêvo e brilho.

O sr. reitor da Universidade do Porto apreciou, seguidamente, a importância deste Congresso, referiu-se, com palavras de bem merecido elogio, aos congressistas estrangeiros, para concluir depois, nestes termos:

— Ao entregar à Comissão Organizadora do Congresso as salas da Universidade, faço-o com a maior satisfação, com o maior entusiasmo e com a consciência segura que da ciência e do estudo e investigação de todos os congressistas sairão frutos para a criação de escóis, que tão necessários são ao desenvolvimento deste velho Portugal, que pelo brilho do seu passado, tão belo e exuberantemente pôsto a claro nestas manifestações do Mundo Português, que têm constituído as comemorações dos Centenários, — esse exemplo vívido das exposições — se avigore e melhor se patenteie na evolução da educação da cultura e do ensino em sãos princípios nacionalistas, que nos mantenham no nível e convívio científico mundiais a que temos incontestável direito pelo passado, pelo presente e pelo futuro do Império Português.

DISCURSO DO PROF. DR. MENDES CORREIA

Seguiu-se no uso da palavra o sr. prof. dr. A. A. Mendes Correia, que começou por dizer:

— Uma acumulação casual de funções que sei dever apenas à bondade das entidades que mas confiaram, impõe-me neste momento a obrigação de, simultaneamente, saudar os congressistas como representante da cidade do Porto, agradecer, em nome do Congresso, o hospitaleiro acolhimento desta Universidade, e dizer algumas palavras sobre os elevados propósitos desta assembleia científica. Desempenhando-me desde já com a maior satisfação, das primeiras missões indicadas, quero exprimir o júbilo que, como portuense, sinto por vêr aqui tam ilustres individualidades portuguesas e estrangeiras, e por ser o Porto a sede desta nova e importante manifestação cultural das Comemorações Centenárias. Terra de notória actividade industrial e mercantil, esta cidade tem também incontestáveis foros de vida intelectual que naturalmente lhe não permitem conservar-se indiferente ao esclarecimento e debate dos temas científicos mais actuais e de maior alcance colectivos. Ela é a capital da zona mais densamente povoada do país e está de tal modo, tradicionalmente, ligada ao processo vitalizador e expansivo de que resultaram o Estado português e o respectivo desenvolvimento histórico que ninguém ousará contestar a felicidade da escolha deste ve-

lho burgo para local dum Congresso em que vai inquirir-se das condições mais propicias ao ser humano como agente do programa moral e material das nações.

Recordou, seguidamente, o erudito investigador o Congresso da Pré e Proto-história Portuguesa, inaugurado, com aparatosa solenidade, naquêlê mesmo salão nobre, havia apenas dois menses, acentuando:

— Então prescrevamos as raizes milenárias dêste povo e da Pátria. Volviamos os olhos para o passado, certos de que êste, mesmo o mais longínquo, exerce uma acção viva sôbre o presente e sôbre o futuro. Hoje occupa-nos mais directamente o porvir, a sua racional preparação, mas não voltamos as costas ao passado, pois não há êrro mais perigoso do que esquecer a estreita continuidade dinâmica existente entre aquêlê e o futuro. A vida dos povos não é o instante efêmero, punctiforme, que cada homem vive. Não é o simples panorama da história decorrida, por mais belo e grandioso que êle se apresente. É uma volumosa corrente marítima que flui incessante através do imenso oceano do tempo, é um vasto caudal de energias manifestas ou latentes que resistem às intempéries e ao desgaste dos séculos. Aí da sociedade humana ou do grupo étnico que não tenha a consciência, ao mesmo tempo, da sua individualidade histórica e das suas virtualidades do porvir! Há quem oponha entre si a tradição e o progresso, a arqueologia poeirenta e os aperfeiçoamentos da técnica moderna, o passado e o futuro. São os que não compreendem nem uma nem outra coisa. São os que desconhecem os laços indestrutíveis e necessários que ligam as sucessivas gerações, que prendem o homem de ontem ao de amanhã.

E ainda:

— Embora a Providência tenha resguardado, e continua sem dúvida resguardando, êste povo dos perigos de dissolução e aniquilamento que possam ameaçá-lo, não devemos naturalmente deixar de, sem nos desinteressarmos do aspecto mundial do problema da população — o que seria egoísmo, contraditório com as nossas tradições de afectuosa compreensão universalista — estudar êsses problemas no que respeita especialmente à gente portuguesa. Há a conveniência de instituir as bases de uma política quantitativa e qualitativa da população do nosso país, sem exagêros nefastos e até deshumanos e imorais mas com são critério científico, moral e patriótico. Ainda somos poucos e precisamos de ser melhores. Cruzar os braços é um crime, quer essa atitude passiva seja inspirada pela convicção de que se trata de males irremediáveis, quer a inspire a errônea doutrina de que um processo espontâneo de selecção natural se incumbe, impiedoso e inexorável, da eliminação dos detritos sociais.

O mais humanitário e racional é procurar evitar tanto quanto possível a aparição dêstes, mas sem cair nos absurdos e reprováveis excessos neo-maltusianistas e nos radicalismos eugénicos, condenados a um tempo pela sua precária base científica — dada a nossa ignorância de muitas questões da hereditariedade, — e pelo respeito que se deve à personalidade humana e à moral.

O orador rendeu depois homenagem aos srs. Pre-

sidente do Conselho e dr. Júlio Dantas, evocando, logo a seguir, em termos de bem merecido encômio e de enternecida saudade, a memória sempre veneranda do insigne Professor Ricardo Jorge — portuense ilustre e eminente cientista, que, se não fôra a Morte, deveria colaborar efectivamente nos trabalhos dêste Congresso.

E dominando o justificado interêsse e a atenção constante do seu numeroso auditório, o sr. prof. dr. Mendes Correia declarou:

— O estudo da população, na extrema complexidade dos seus aspectos, requere o concurso das mais variadas disciplinas. O combate às misérias sociais, a defesa contra perigos internacionais, e salvaguarda da dignidade da espécie e da grei, necessitam para serem racionais e efficientes, da cooperação de muitos departamentos científicos. Exigem uma séria informação estatística, elementos biológicos e médicos, conhecimentos jurídicos e económicos, uma feliz orientação moral. Os métodos estatísticos constituem hoje um dos ramos mais desenvolvidos das matemáticas aplicadas. A biologia, a hygiene e a medicina, com os seus incessantes progressos, são indispensáveis colaboradoras de uma séria política da população. Ramos modernos da biologia, como a heredologia, a sexologia, a biometria, a endocrinologia, a biotipologia e a constitucionalística, abrem novos horizontes ao exame dos problemas demográficos-sociais. Há razão, como escreve Thomson, para protestar contra a pretensão, de certo modo materialista, de que a sociologia nada mais é do que um departamento superior da biologia e um grupo social humano nada mais do que uma multidão de mamíferos. Mas entendo que nenhum progresso ou beneficio prático se alcança, se abstrairmos inteiramente das bases orgânicas da vida humana para cairmos num puro verbalismo, num nominalismo irreal, perdendo todo o contacto com realidades fundamentais e poderosas. A biologia ajuda a compreender, a resolver, mas é preciso não esquecer que a selecção natural difere da selecção racional e que o facto biológico não pode ser convertido em finalidade em si, em ideal supremo. A apologia incondicional do naturalismo, da educação física, ou da saúde do corpo, como fins exclusivos da vida humana, demonstra uma lamentável redução do campo visual nos que a fazem, e não são destituídas de perigo as propagandas nêsse sentido. Mas não são menos perigosos certos nominalismos sem qualquer sério conteúdo objectivo. Por maior que seja — e de facto o é — o poder dinâmico das palavras, tem-se abusado das suas supostas virtudes mágicas na pretensa solução de transcendentales problemas sociais. É um verdadeiro curandeirismo político-social que conduz, infelizmente, por vezes, ás mais trágicas aberrações, a verdadeiras catástrofes.

E ainda:

— O romantismo, como o naturalismo — romantismo invertido, inferior, na expressão feliz de Afrânio Peixoto — é o principal culpado da vaga de loucura que, encoberta pela sedução de estupefacientes verbais, rolou devastadora sôbre a humanidade contemporânea, desligando-a da razão, do bem e da verdade. O vício e o crime eram glorificados por um sentimentalismo sonoro em nome do amor ou da densa paixão. Um livro de Quincey intitulou-se «O

assassinio como uma das belas artes» e Lesserre pôde escrever desassombrado: «Os forçados sublimes, os preguiçosos de génio, as envenenadoras

metade, a má, é fabricada pelo mesmo processo intelectual, sob a sugestão do mesmo instinto de revolução. Compreende todos os detentores ou represen-



UM ASPECTO DO CORTEJO DO TRABALHO, NO PORTO

angelicais, os monstros inspirados de Deus, os comediantes sinceros, os saltibancos metafísicos, os adúlteros fieis, foram apenas a metade simpática da humanidade, segundo a romantização. A outra

lantes de uma parte de autoridade ou de disciplina qualquer, política, religiosa, moral ou intelectual, reis, ministros, frades, juizes, soldados, agentes de segurança, maridos e críticos.» Para os primeiros a

iedade, a simpatia, a absolvição, a glória; para os últimos, o ódio, o desespero, o anátema. Curiosa e justa a análise moral que Afrânio Peixoto faz da

sínia do irmão pelo seu amoroso, e enfim mãe desnaturada, infanticida. Prêsa, enlouquece, e então na prisão uma canção infame. Mas como Mefistóteles



OUTRO ASPECTO DO CORTEJO DO TRABALHO

obra prima do romantismo que é o «Fausto» de Goethe. Uma sucessão de imoralidade e crimes a história de Margarida, seduzida com a atracção das joias, perjura, causa da morte materna e do assas-

é o agente, a culpa desaparece, e Margarida vai para o céu, salva, entre céros de anjos...

«Quanta beleza romântica! — escreve o ilustre escritor brasileiro e eminente lusófilo. — Não falta

nada. Uma casta Gretchen, capaz de tudo isso». Uma só atitude de pensamento se impõe a quem pretende encontrar uma solução feliz de problemas sociais: considerar estes ao mesmo tempo com objectividade e dentro de um alto critério moral. As palavras podem ser belas, mas se a terapêutica não corresponde efectivamente ao conhecimento exacto das cousas reais nem é inspirada num elevado ideal de perfeição ética, elas não passam praticamente de miragens e ilusões, mais vezes perigosas do que simplesmente inúteis.

E após outras considerações de carácter científico sobre a finalidade deste Congresso, o orador afirmou:

— Estas incertezas testemunham a extrema dificuldade, porventura mesmo nalguns casos a insolubilidade, de muitos dos problemas que são objecto das atenções deste Congresso. Do que ninguém duvida nem pode fundadamente duvidar é do que há de imperativo e momentoso, no ponto de vista dos altos interesses da Nação e da Humanidade, no esforço desenvolvido para esclarecimento de vários desses problemas e aplicação das soluções encontradas dentro do mais rigoroso espírito científico e dos mais alevantados princípios da moral cristã.

Oito séculos de história magnífica, precedidos duma gestação milenária em que já se marcam voações de glória e rutilam fulgores de epopeia, não dão apenas ao povo português títulos legítimos de orgulho heráldico, impõem-lhe responsabilidade perante o mundo, estabelecem-lhe deveres perante o futuro. Para garantia da sua missão e dos seus destinos, é indispensável manter e reforçar as virtudes germinais, os atributos hereditários, que fizeram a sua grandeza histórica. É necessário produzir homens que, na expressão de Emerson, não tenham demasiado guano na sua composição. E, se não é possível salvar totalmente os escóis da infecundidade que nêles é regra, esperemos que sangue novo e vivificante venha da multidão obscura, reintegrar ou mesmo aumentar as suas fileiras dizimadas por uma futilidade demográfica. São precisos de cada vez mais portugueses e, se é possível, cada vez melhores portugueses. Guerra aos corvos sinistros da restrição da natalidade! Guerra aos agoirantes profetas da decadência!

E a concluir:

— Não é indispensável nem é crível que a herança moral e social do povo português seja transmitida exclusivamente por uma aristocracia hereditária, por uma classe cuja extinção progressiva traria como consequência a ruína e a escravidão da Pátria, se os seus membros fôsem os únicos depositários dos valores históricos e espirituais da Nação. A direcção social e intelectual do país não poderá nunca pertencer a uma casta fechada, antes no meio do nosso povo germinarão incessantemente, para bem geral, os elementos renovadores do nosso escol.

Assim, conquanto não haja o direito de gerar seres humanos condenados desde o germen à miséria física ou moral, a tarefa não é a de seleccionar homens como flores de estufa ou cavalos de corrida. Está apenas em, evitando o pulular do escalracho daninho, aumentar e melhorar, por um condicionamento propício de higiene racial e profilaxia social, o conjunto da população. Águias nascerão em ni-

nhos humildes, e serão cada vez mais numerosos e mais fortes os portadores do facho sagrado. Na faina dos campos, na labuta das oficinas, nos montes e nos vales, por terra e pelo mar, nos palácios e nas choupanas, nas aldeias e nas cidades, vivem homens, mulheres e crianças que trazem no sangue e na alma as virtudes — as virtudes e os defeitos — das gerações que fundaram e engrandeceram Portugal. É para todos êles, é para a sua felicidade e para a felicidade de seus filhos e dos filhos de seus filhos, que se reuniu este Congresso. Se os seus sofrimentos nos fazem sofrer, se nos entristecem as suas tristezas, se nos inquietam os seus receios, enche-nos de júbilo a esperança de que nos lares portugueses cada vez irá havendo menos dôres e menos lágrimas, e, com o pão, a saúde e a fé, nêles reinará incessantemente a alegria dos bons e dos fortes. O vigor e a pureza genial da raça, a continuidade histórica da Nação, os valores eternos do Espírito são os nossos dogmas nesta era revolta dum mundo que, tateante, está buscando a trajectória do seu destino, por entre o fragor das batalhas, os clarões dos incêndios e os brados inexoráveis de morte. Dir-se-ia que só na dor e no luto se descobre o sentido transcendente da vida. A verdade, porém, é que êle está traçado, com toda a sua beleza criadora, nos profundos recantos dos nossos seres em que fluem e palpitam as energias milenárias da grande e antiga família a que pertencemos. E, se essas energias podem ditar, sendo necessário, os heroísmos magníficos e as abnegações sublimes, também dão a alegria confiante e serena do trabalho, na solidariadade pacífica e no amor fraterno dos homens.

E terminou, deste modo:

— Em todos nós existe — e deve ser mantida e avivada — uma centelha da sagrada chama que é a própria alma da grei. Em todos nós há a preservar e a fortalecer uma parcela anímica do Portugal de todos os tempos; cada português representa um instante dessa luminosa e abençoada eternidade que é a Pátria. Eis a força interior que faz elevar-se dos casais, por esse país fora, entre o fumo branco das lareiras, para o céu de um azul incomparável, o cântico das nossas melhores esperanças, o hino triunfal das grandes certezas nacionais.

DISCURSO DO DR. GUSTAVO BARROSO

O consagrado académico brasileiro sr. dr. Gustavo Barroso falou, seguidamente. Fez um caloroso elogio da cidade do Porto e das suas gloriosas tradições históricas, para afirmar:

— Como brasileiro e como velho amigo de Portugal, tenho, pois, como vêdes, razões para felicitar-me pela honra que me foi concedida de falar entre vós nesta ágora universitária, onde hoje se reúnem as mais representativas figuras da vossa cultura nos seus multiplos aspectos. A minha presença aqui não tem outra significação a não ser a de uma humilde voz brasileira unida fraternalmente ás vozes de Portugal na comemoração solene dos seus Centenários. Em tôdas elas, acreditai, o Brasil está sempre presente, senão em corpo, pelo menos em espírito. O Brasil não pode esquecer Portugal. Só os filhos desnaturados esquecem seus pais.

A nossa história começa em 1500; mas as suas raízes se enterram no castelo de Guimarães, berço de Portugal. Pero Vaz de Caminha cantou a terra brasileira, laboriosa e virgem, na sua carta a El-Rei D. Manuel. Navegadores e colonizadores fecundaram-na, violando os sertões ignotos e unindo-se em amor às tribus aborígenes. Cabral planta a cruz nas areias de Pôrto Seguro. Os missionários reúnem os indígenas à sua sombra. Mas são os Ramalho, o Bacharel da Comarca e Diogo Alvares o Caramuru quem recebe no leito nupcial as raparigas côr de bronze e procriam os primeiros brasileiros. Mais tarde, o amor da terra e o amor da lusa tradição o fundiu nos campos de batalha dos Guararapes, os índios, os negros e os brancos que expulsam o invasor hereje e holandês. E o amor do vencedor e dos vencidos que José de Alencar canta no poema em prosa da Iracema. As obras de amor são eternas. Por êsse amor fundamental da terra e da gente, o Brasil conserva-se e se conservará português na sua essência, português pela raça, português pela língua, português pela religião, português pela civilização, de tal modo português que um dia — tenhamos esperança — realizará na união espiritual do Idioma e da Fé, o Império do Atlântico, sonho que sonhou, debruçado sobre o Mar Tenebroso da Janela de Sagres, o Infante D. Henrique. Temos aquém e além Mar em África, somos e seremos uquém e além mar do Atlântico. Forças para isso nos darão a terra e a grei. Nos quatro cantos de Portugal reviveis hoje as tradições gloriosas cobertas pela poeira dos centenários. Agora aqui, neste Congresso das Ciências da População, estudaís a gente que produziu tantos sábios, tantos letrados, heróis, mártires e santos. Os olhos do povo brasileiro, filho do vosso Povo, acompanham de longe enternecidos tôdas as vossas comemorações e, de um modo especial, esta. As vossas tradições populares são as nossas. Ainda cantamos as cantigas, as vossas cantigas e ainda narramos as vossas Lendas. As influências indígenas, africanas e exóticas até hoje não conseguiram empalidecer o que de vós herdámos. Cultor do folclore brasileiro tenho estudado as suas raízes luzitanas e é numa das vossas lendas que irei buscar as palavras com que terminarei o meu discurso desta noite. Visitando os vossos castelos seculares, subi um dia às atalaias do de Almourol e lá de cima mergulhei o olhar nas águas que o Tejo leva para o Oceano. Veio-me então à lembrança o que se conta do castelo e da sua companheira. Vencidos pelos inimigos, o Almourol e a castelã lançaram-se á torrente, preferindo a morte a serem cativos dos inimigos. Seus corpos arrastados para o mar foram boiando á flôr das águas, até que se perderam no horizonte. Longe, bem longe, para os lados do poente pararam sob o sol radioso dos trópicos e se transformaram em duas ilhas risonhas cobertas de flores. A lenda é um símbolo de Portugal e do Brasil. Angustiad os no cativeiro da estreita faixa peninsular que a natureza vos deu, lançastes-vos ás águas marinhas cujos deuses evocava já a inscrição de um sipó romano desta antiquíssima Cidade. E já no fundo dos horizontes, sob a luz dos trópicos, com os vossos corpos, creaste o Império do Brasil.

DISCURSO DO DR. ENRIQUE SUÑER

Usou da palavra o ilustre cientista espanhol sr. dr. Enrique Suñer. Depois de saúdar, elogiando-os, o sr. dr. Júlio Dantas na qualidade de representante do Governo e na de Presidente da Comissão Executiva dos Congressos, e o sr. dr. Mendes Correia como presidente do Congresso de Ciências da População, diz trazer a representação das mais altas organizações científicas espanholas: Instituto de Investigações Científicas, Universidade Central, Academia de Medicina, etc. Em nome dessas entidades cumprimenta o Congresso e afirma a satisfação dos congressistas espanhóis em assistirem a um certame de tão alta importância, onde se estudam os mais complexos problemas ligados ao homem como elemento dos agrupamentos sociais. Diz ter a certeza, pelo valor dos trabalhos apresentados, que o Congresso terá extraordinário brilho. Como espanhol, não pode limitar a esta saudação protocolar a sua intervenção. Vem de Lisboa, onde viu a maravilhosa Exposição do Mundo Português. Nas paredes dos seus pavilhões, estão escritos nomes que tanto se assemelham aos espanhóis do tempo das descobertas e das conquistas. Tem os dois países uma história comum, paralela, de gloriosa missão civilizadora dos novos mundos, que simboliza na figura de S. Francisco Xavier, que nasceu na Navarra filho material de Espanha, é português pelo espirito. Par a par, portugueses e espanhóis, afirmaram para sempre o génio ibérico. Hoje que a Espanha, dirigida pelo glorioso Franco, caminha na rota da sua tradição missionária, encontra ao seu lado um Portugal que marcha pela mesma estrada, sob a presidência magnífica do chefe do Estado, General Carmona, e a acção incomparável dum professor universitário que é o modelo dos governantes, o doutor Oliveira Salazar. De Portugal tem já gravada no cérebro recordação inapagável. Ao terminar êste Congresso há-de levá-la também no coração.

DISCURSO DO PROF. CORRADO GINI

Falou depois e, em eloquentes palavras, manifestou o seu jubiloso entusiasmo pela circunstância de se encontrar de novo na cidade do Pôrto, onde estivera havia já desanove anos, congratulando-se também com os organizadores do Congresso pelo brilhantismo desta grandiosa assembleia de eruditos e investigadores. Saúdou, calorosamente, os srs. drs. Júlio Dantas e Mendes Correia e exaltou os sentimentos de leal e sincera amizade que fortaleceram sempre um íntimo intercâmbio científico entre Portugal e a Itália — irmanados em idênticos meios de expansão da gloriosa Civilização Latina.

Como cientista, encareceu a importância e a oportunidade d'êste Congresso e referiu-se, em termos de sincera admiração e honroso elogio, á modelar organização dos serviços técnicos do Instituto Nacional de Estatística, que visitara ante-ontem em Lisboa e onde colheu as mais gratas impressões. Fez também o elogio do sr. Presidente do Conselho e, finalmente, saúdou todos os congressistas em nome da Universidade de Roma, do Conselho Nacional Italiano de Pesquisas e do Comitê Italiano para o Estudo dos Problemas da População.

DISCURSO DO DR. JÚLIO DANTAS

Ergueu-se, então, para falar o sr. dr. Júlio Dantas — a quem a numerosa e selecta assistência prestou, em aplausos calorosos e prolongados, uma expressiva e honrosa manifestação de simpatia. O eminente académico proferiu, eloquentemente, o seguinte discurso:

— Duas palavras, apenas.

Cumpr-me, antes de tudo, agradecer as justas homenagens prestadas ao sr. Ministro da Educação Nacional, que tenho a honra de representar aqui. Sua Ex.^a não pôde, por motivo dos afazeres do seu cargo, assistir a esta solenidade. Acompanha-nos, porém, em espírito, fazendo votos pelo êxito do Congresso, acto cultural de superior interesse não apenas no domínio especulativo mas no campo das actividades práticas, porque se propõe contribuir para a valorização do povo português.

Encontrando-me aqui também na qualidade de presidente da Comissão Executiva dos Centenários, mais uma vez, em meu nome e no dos meus colegas, saúdo a cidade do Pôrto, de gloriosas tradições, que com brilho inextinguível tem celebrado o jubileu nacional; a Universidade, cujo Reitor magnífico (permita-se-me esta designação ritual que tem raízes na vida universitária da Renascença) de novo hospitaleiramente nos recebe; e o Congresso, na pessoa por tantos títulos insigne do seu presidente, o sr. professor Mendes Correia, que todos nós com razão consideramos uma das mais altas e das mais nobres expressões do pensamento português contemporâneo.

O Congresso de Ciências da População é o sétimo que se se realiza entre nós no curto período de três meses e meio, e faz parte do sistema de dez congressos incluído no quadro de realizações da Comissão Executiva dos Centenários. Efectuaram-se já, com êxito, o Congresso de pré e proto-história, nesta Universidade; o Congresso de história medieval, na Universidade de Coimbra: os congressos dos Descobrimientos e Colonização, da Monarquia dualista e da história dos séculos XVIII e XIX, no palácio da Assembléa Nacional, em Lisboa. Inaugurou-se hoje o Congresso de Ciências da População, que se propõe continuar, respectivamente ao povo português, os trabalhos demológicos dos Congressos de Roma, Berlim e Paris com referência à colectividade humana. Estão em organização e devem efectuar-se em Novembro próximo, o Congresso colonial, o Congresso de história das actividades científicas portuguesas e o Congresso luso-brasileiro de história. Esta soma considerável de trabalho, que honra a cultura portuguesa e constituirá amanhã, pelo seu volume e qualidade, motivo de admiração das novas gerações, merece que a Nação atente nela e lhe preste a devida justiça. Há trinta ou quarenta anos, um professor que organizasse um congresso julgava-se quite com a glória. Nós organizamos dez em seis meses, numa hora de graves perturbações para a vida da humanidade, e achamos isso o facto mais natural do mundo. Porque são diferentes as nossas aptidões? Não. Não fomos nós que mudámos; o que mudou foram as nossas condições de trabalho e a nossa psicologia colectiva. Adquirimos novas capacidades de realização: eis tudo. As energias que outrora dispersávamos em dissídios internos, concentramo-las hoje, consagrando-as, intactas, ao bem-comum da Nação. A condição essencial do labor do espírito é a ordem; e as vontades convergentes e disciplinadas dos po-

vos realizam prodígios de que eles próprios se surpreendem.

O Congresso de Ciências da População, embora integrado no Serviço de Congressos a que preside, é de iniciativa do seu presidente, sr. professor Mendes Correia. Deve-se à autoridade científica de Sua Ex.^a, ao seu excepcional poder de organização, ao seu admirável optimismo construtivo, que imperturbavelmente sorri de cada uma das dificuldades que vence. E ainda bem que os seus pontos de vista triunfaram. Portugal, qualquer que seja o valor dos factores geográficos e etnográficos, é, em grandíssima parte, produto da sua própria história. Na hora em que se comemoram oito séculos de existência histórica da Nação, estava naturalmente indicado que se estudasse o povo de cujo impulso criador a Nação brotou. E' êsse estudo que o Congresso vai fazer, nos seus múltiplos aspectos demográfico, antropológico, etnográfico e médico, incluindo as questões de ordem social e económica em conexão com o problema populacional. Desejo que o seu trabalho seja profícuo, e não duvido um momento de que será elevado e brilhante. Constituem disso penhor as individualidades prestigiosas que exercem as mais altas magistraturas do Congresso de Ciências da População, e todos os seus colaboradores, aos quais me confesso extremamente grato.

Do mundo de coisas que se têm realizado e se realizarão ainda neste Ano Aureo, nem tudo será efêmero. Depois das últimas salvas de artilharia e dos últimos repiques de sinos; quando se tiverem extinguido o éco do último discurso e a derradeira centelha do entusiasmo popular; quando a última bandeira da Fundação descer na adriça e se desmontar a armadura do último pavilhão de festas, — alguma coisa ficará do nosso esforço, que precisa da perspectiva do tempo para que tenhamos inteira consciência dele: os monumentos que se ergueram; as obras permanentes que se realizaram e transformaram o País; as publicações de arte e de história, filologia e de linguística das nossas Academias; e, pela quantidade e pelo valor, quinhentas ou seiscentas comunicações e memórias de dez Congressos, num total impresso de seis ou sete mil páginas, que permanecem como expressão das nossas possibilidades e como documento da nossa cultura. Ao transpôr o limiar do nono século de existência histórica da Nação, fazêmo-lo afirmando a forte personalidade do povo português e a ardente convicção com que confiamos nos nossos próprios destinos.

Resta-me dirigir especiais saudações aos eminentes professores e homens de ciência estrangeiros que, através das naturais dificuldades da hora presente, vieram trazer-nos as suas luzes e colaborar connosco neste «claustró pleno» de demógrafos, de antropologistas, de economistas, de etnógrafos e de sociólogos notabilíssimos. A todos agradeço a honra da sua presença. O drama europeu — drama de heroísmo, de sacrifício e de sofrimento, perante o qual respeitosa e me curvo — não perturbou a perfeita serenidade dos sábios. Para além da dor humana, alguma coisa se vislumbra de tranqüilo e de imortal. A vida passa; a ciência continua.

As últimas palavras do insigne académico foram aplaudidas demorada e entusiasticamente. E, pouco depois encerrava-se aquela sessão solene que decorreu sempre com austera dignidade e extraordinário brilhantismo.

(Do «Primeiro de Janeiro», de 13 de Setembro de 1940).

NOTAS VÁRIAS

O CONGRESSO NACIONAL DE CIÊNCIAS DA POPULAÇÃO

Lista dos trabalhos apresentados

Dr. José Firmino Sant'Ana, «A mortalidade na população portuguesa e suas principais causas»; dr. João Avelar Maia Loureiro, «Natalidade, mortalidade e selecção da raça»; prof. Corrado Gini, «Os factores da diminuição da natalidade na época contemporânea»; dr. José Alberto de Faria, «Para aplicação preventiva das Instituições de assistência e medicina social»; drs. Fausto Landeiro e Joaquim Facha, «Um exemplo de sanidade em Portugal»; drs. Mário Cardia e Alvaro de Moraes, «Organização da luta contra a tuberculose, assistência e previdência»; prof. Enrique Suñer y Ordoñez, «La escuela nacional de puericultura de Madrid»; prof. dr. Almeida Garrett, «Tendências demográficas de Portugal Metropolitano», «Costumes alimentares dos portugueses», «A colocação familiar rural é a melhor forma de assistência à infância»; dr. Júlio G. de Beltecourt Ferreira, «Gerontose precoce — Causas e efeitos de factores de decadência orgânica prematura que influem na população»; prof. dr. J. Guiart, «Anthropologie des populations Delichocephales de l'Europe Meridionale et de l'Afrique Septentrionale»; prof. Luiz de Hoyos Sainz, «Antropodinâmica espanhola»; prof. dr. Francisco de las Barras de Aragon, «Crâneos procedentes de las cuevas de la isla de Samar (Filipinas) existentes em el Museu de Antropologia de Madrid»; dr. António de Queiroz Lopes, «Alguns diâmetros e proporções na Sacro dos Portugueses»; dr. José Antunes Serra, «Morfologia do Externo» e «Novos métodos do estudo da Pigmentação e sua importância racial»; dr. Fábio Frassetto, «Per una sistemazione razionale della biotipologia»; prof. dr. Jacques Chevalier, «O povoamento Ibero na Grã-Bretanha»; dr. Luiz Dusrte dos Santos, «O Normótipo do homem da zona de Coimbra e o Normótipo dos Portugueses»; prof. dr. Oskar Vogt, «Ueber nationale Hirnforschungsinstitute»; prof. Américo Pires de Lima e dr.^a Leopoldina Ferreira Paulo, «São os portugueses Dolicocefalos? — Um novo índice cefálico»; dr.^a Leopoldina Ferreira Paulo, «Contribuição para o estudo da pigmentação dos portugueses»; dr. Luiz José de Pina Guimarães, «A mulher portuguesa do Norte». «Estudo antropológico»; prof.

dr. Wilhelm Giese, «Um conto estremenho (Notas comparativas)», («Portugiesche Hochzeitssitten in Rahmen romanischen Brauchtums»); dr. G. Leisner, «Sobrevivências de elementos megalíticos em construções rurais no Alto Alentejo», («Ueberleben magalichischer Element in landlichen Bauten Hochalentejos»); dr. F. Krüger, «Sobre o problema das casas redondas» e «A contribuição de Portugal à etnografia europeia»; prof. dr. Joaquim A. Pires de Lima, «Influência dos mouros, judeus e negros na etnografia portuguesa»; dr. Fermin Bouza-Brey Trillo, «Referências a una eutanasia familiar en el folclore Gallego-Português»; Luiz Chaves, «O povo e a simbólica», 1.º — Possível origem dos velhos símbolos, 2.º — Apresentação gráfica dos símbolos, 3.º — Necessidade que o povo tem do seu emprêgo»; Joaquim Lorenzo Fernandez, «Lápidas sepulcrales gallegas de arte popular»; D. Maria Clementina Pires de Lima Tavares de Sousa, «Uma canção popular minhota e sua origem litúrgica»; Joaquim Pais Fernandes Figueira, «Os pisões de Barroso» e «Uns reis em Portomanso»; dr. A. Lima Carneiro, «A alimentação da criança na primeira infância»; prof. Luiz Hoyos, «Supersticiones y prácticas populares acerca de la gestacion en España»; dr. Luiz da Silva Ribeiro, «Síntese da influência do mar na vida popular dos Açores»; prof. dr. Hermann Lautensach, «O ambiente diluvial do homem em Portugal»; dr. G. A. Belloni, «Criminalità ed esecuzione Penale»; Juan Dantin Cereceda, «Caminhos de cabras em Espanha» e «Cañadas ganaderas españolas»; prof. dr. Leonídio Ribeiro, «1.º — Prevenção do crime por meio de identificação civil», «2.º — Papel do médico na solução do problema da delinquência infantil» e «3.º — Biotipologia criminal»; dr. José Vaz Guedes de Sousa Bacelar, «Delinquência e alcoolismo. Investigação Bio-química»; dr. Aristides de Amorim Girão, «Impossibilidade de fixar no Sul do País o excesso demográfico do Noroeste Português»; dr. Augusto de Oliveira, «Movimento da criminalidade em Portugal»; Mário Simões dos Reis, «Delinquência e alcoolismo de adultos em Portugal»; rev. P. G. Schmidt, «A família origem das virtudes sócio-morais indispensáveis para o Estado»; dr. Armando Tavares de Sousa, «Contribuição para o estudo do nível intelectual dos delinquentes portugueses adultos»; dr. Vítor Fontes, «Assistência às crianças anormais — Uma orientação médico-pedagógica»; dr. Tomaz Lopes Cardoso, «Alguns aspectos da criminalidade

infantil em Portugal à face da Estatística»; dr. António Cruz, «Ensaio sobre a organização dos Mestres do Pôrto através dos séculos»; dr. Augusto César Pires de Lima, «A Indústria Agrícola como elemento da vida da Nacionalidade»; dr. António Francisco Teixeira, «Aspectos económicos sociais do trabalho das mulheres na indústria»; eng.º José Matos Braancamp, «1.º — Educação simultânea da população e do fomento económico do país bem como da higiene nacional, pelo uso do frio e sua coordenação apropriada» e «2.º — Revisão total do ensino nacional para que seja adaptado ao desenvolvimento natural do corpo e do espírito, coordenando as sensações, e principalmente a da vista e a do tacto, com a intensificação do senso muscular; sua consciência regrada e consequente educação da personalidade activa»; dr. José dos Santos Bessa, «A luta anti-tuberculosa da Junta de Província da Beira Litoral»; dr. Liberson e madame Liberson (Toulouse), «Recherches de physiologie différencielle»; prof. dr. António Augusto Esteves Mendes Correia, «Factores degenerativos na população portuguesa; seu combate»; prof. dr. Alfredo Mendonça da Costa Ataíde, «Ensaio sobre a determinação de tipos constitucionais e formas endocrínicas dos portugueses»; prof. dr. Joaquim R. dos Santos Júnior, «Elementos alógenos no povo português»; dr. Carlos Teixeira, «A mulher portuguesa e o seu papel sociológico»; dr. Fernando de Castro Pires de Lima, «O símbolo cristão na canção popular»; dr. Armando M. de Lemos de Matos, «A arte popular portuguesa», 1.º — Bosquejo histórico dos motivos decorativos, 2.º — Relações com a simbólica, 3.º — Valor estático da arte popular»; Armando Leça, «Da nossa música popular»; dr. António Avelino Joyce, «Os arcaísmos da música popular portuguesa»; dr. Ulisses Cortês, «A questão do divórcio»; dr. Abel de Andrade, «O divórcio concorre eficazmente para a dissolução da família portuguesa» e «O casal de família protege a família portuguesa»; dr. José Vaz Guedes de Baccelar, «O método de Vermeulen na propedeutica criminológica»; Commissariado do Desemprego, «Condições geo-sociais de fixação da planície Alentejana do excesso demográfico do Noroeste Português»; dr. Luiz de Pina Guimarães, «Elementos para a Psicologia Criminal. O conceito de justiça nos delinquentes» e «Subsídios para a Etiologia Criminal. Coeficientes culturais e morais nos delinquentes»; Commissariado do Desemprego, «Qualificação dos trabalhadores desempregados»; prof. dr. Diogo Pacheco de Amorim, «Emigração»; prof. dr. Ezequiel de Campos, «Orientação da actividade portuguesa por um destino nacional»; dr. José de Penha Garcia, «O factor

económico no aumento da população»; e eng.º Costa Lima, «O cachão da Valeira e o regimen económico-demográfico da região do Douro superior»

São os seguintes os presidentes, vice-presidentes e secretários das respectivas secções:

1.ª secção — Demografia e Higiene: Presidente, dr. José Alberto de Faria, director geral de Saúde; vice-presidente, prof. dr. Almeida Garrett, prof. catedrático e director da Faculdade de Medicina do Pôrto e presidente da Junta de Província do Douro-Litoral; secretário, dr. Mário Cardia, director do Hospital e do Dispensário Anti-Tuberculoso de Matozinhos.

2.ª secção — Antropologia: Presidente, prof. dr. Eusébio Tamagnini, antigo Ministro, professor catedrático da Faculdade de Ciências de Coimbra e director do Instituto de Antropologia; vice-presidente, prof. dr. Joaquim A. Pires de Lima, da Academia de Ciências de Lisboa, prof. catedrático da Faculdade de Medicina do Pôrto, director do Instituto de Anatomia; secretário, dr. Joaquim A. dos Santos Júnior, assistente da Faculdade de Ciências do Pôrto.

3.ª secção — Presidente, prof. dr. José Leite de Vasconcelos, prof. catedrático aposentado da Faculdade de Letras de Lisboa, director honorário do Museu Etnológico Português «Dr. Leite de Vasconcelos», membro efectivo da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Portuguesa da História; vice-presidente, dr. Augusto César Pires de Lima, prof. do Liceu Rodrigues de Freitas, presidente da Comissão de Etnografia e História do Douro-Litoral; secretário dr. Fernando de Castro Pires de Lima, médico do Conservatório de Música do Pôrto.

4.ª secção — Presidente, dr. Abel Andrade, antigo director geral da Instrução Pública, professor aposentado da Faculdade de Direito de Lisboa, procurador à Câmara Corporativa; vice-presidente, dr. Alberto Pinheiro Tôrres, advogado e director da Cadeia Civil do Pôrto; secretário, dr. Tomaz Lopes Cardoso, advogado e director do Refúgio da Tutoria Central da Infância do Pôrto.

5.ª secção — Presidente, prof. dr. Rui Ennes Ulrich, antigo embaixador, prof. catedrático e director da Faculdade de Direito de Lisboa, procurador à Câmara Corporativa, da Academia das Ciências de Lisboa; vice-presidente, prof. dr. Tomaz Joaquim Dias, prof. catedrático e director da Faculdade de Engenharia do Pôrto, secretário, dr. António Pedro Pinto de Mesquita, advogado.

A CONTRIBUIÇÃO ARTÍSTICA DA ESPANHA

Neste ano grande em que Portugal comemora, festivamente, oito séculos de História, a Espanha, em cujo génio e missão civilizadora vizinha da nossa reside uma das razões da irmandade que nos liga com laços profundos, quis demonstrar o seu interesse por momento tão alto da vida portuguesa. E assim, com fidalga gentileza, tão coerente com as tradições do seu espírito, enviou-nos uma «Série de Recordações Portuguesas em Espanha» — obras de arte, telas eternas, esculturas valiosas, velhos códices iluminados, documentos arrancados ao silêncio dos arquivos, cartas de marear, tapeçarias heráldicas — tudo o que pode recordar, em beleza, feitos em que, lado a lado, se confundiram os génios dos dois povos peninsulares — feitos que se vivem nas obras de arte e encontram-se escritas nas páginas da História da Civilização do Mundo.

Em pintura vieram entre outras obras: Retratos de D. Catarina, mulher de D. João III, por Moro e por Carvalho; de D. Sebastião, por Cristóvão de Moraes; de sua mãe D. Joana, por Moro; de D. Maria, «a infanta dos serões» por Moro e Moraes; do Príncipe D. Carlos e das Infantas D. Isabel Clara Eugénia e D. Catarina Micaela, por Sanchez Coelho; de Carlos V e D. Isabel, por Rubens, que nele copiou um Ticiano perdido; de D. Maria Ana Vitória, por Largilhère e Ranc; de D. Maria Bárbara de Bragança, por Dupre, Ranc e Van Loo; de D. Isabel de Bragança, por Vicente e Bernardo Lopes.

E mais os quadros religiosos de Sanchez Coelho e de Valdés Leal. O interesse desta colecção preciosa é tal, que quasi passa despercebido o facto, altamente honroso para nós, de se apresentar pela primeira vez ao público uma colecção de obras do célebre pintor Sanchez Coelho.

De escultura vieram obras de Leoni, Giraldo de Merlo e Manuel Pereira. Tapeçarias de Pastrana preciosas como tesouro, evocadoras de glórias que não passam: «As esferas» formosas alegorias aos descobrimentos portugueses e dois «panos» riquí-

simos sobre a «conquista de Tunis», que recordam a ajuda enviada pelo Infante D. Luiz.

E mais — Códices, cartas geográficas, documentos — que bibliotecas e coleccionadores cederam para esta exposição, cujo significado transcende o seu enorme valor material.

Estas obras que se encontravam nos Museus do Prado, de Barcelona e de Sevilha, no antigo Património Real, no Mosteiro das Descalças Reais, nas Reais Academias da História e das Belas Artes de S. Fernando, no Arquivo de Simancas, no Museu Naval e na Biblioteca Nacional além das colecções particulares dos senhores Duques de Alba e de Monteliano, foram confiadas pelo Governo Espanhol ao eminente professor e académico Sanchez Cantón, das Reais Academias de História e de Belas Artes e sub-director do Museu do Prado, que dirigiu e instalou a Exposição.

Mas o requinte de gentileza do Governo do generalíssimo Franco foi mais longe ainda. O novo Teatro de Espanha veio também até nós.

A Companhia do Teatro Nacional de Espanha — agrupamento artístico oficial — representou no claustro dos Jerónimos o célebre «Don Duardos» de Gil Vicente, na versão «príncipes» — castelhano do século XVI. Teatro que nasceu à sombra dos portícos das Catedrais, ele vive do suave mistério que se emana dos autos antigos, durante séculos condenados pela Igreja e que mão de artista fez reviver em Beleza. Luiz Escobar, Comissário Nacional do Teatro Espanhol, apresentou ao público português «Don Duardos» de Mestre Gil, e, em representações sucessivas, os autos sacramentais do século XVII «Hospital de los Locos» de Josef de Valdivielso, e «La Cena del Rey Baltazar» do grande Calderon de la Barca. E também, poemas velhos, cantares, bailados de todas as provincias de Espanha num espectáculo rico de folclore: «pliegos de romances». E foi nos claustros dos Jerónimos, que as representações — prodígio de côr, de movimento e de graça a que se alia o milagre da luz — se realizaram para assim completar esta série de recordações portuguesas — valiosa contribuição de Espanha às grandes festas com que Portugal comemora datas eternas da sua História.



